



## Coleta seletiva começa a operar em Cataguases a partir de 2 de fevereiro



*A implantação da coleta seletiva e da reciclagem em Cataguases é resultado de uma parceria da Prefeitura com o Instituto Recicleiros. Além de mitigar impactos ambientais e ampliar a geração de recursos, a coleta seletiva promove geração de renda, assegurando remuneração e condições de trabalho dignas aos cooperados*

Cataguases avança na gestão de resíduos sólidos urbanos com o início da operação da coleta seletiva no município, previsto para 2 de fevereiro. A data marca o início das atividades da cooperativa responsável pelo serviço, que passa a atuar com infraestrutura instalada e condições adequadas para o processamento e a destinação correta dos materiais recicláveis.

A implantação da coleta seletiva e da reciclagem em Cataguases é resultado de uma parceria da Prefeitura com o Instituto Recicleiros, organização da sociedade civil especializada na temática socioambiental. A Prefeitura, que forneceu o galpão para as operações da cooperativa Recicla Cataguases, também destina recursos para a realização da coleta dos resíduos porta a porta e para o serviço de processamento dos materiais recicláveis. Além de realizar o processamento e garantir que os materiais recicláveis recebam a destinação correta, a cooperativa realiza ações de comunicação com a população sobre a importância da coleta seletiva. Já o Instituto Recicleiros entra com os maquinários, a incubação da cooperativa e a capacitação das cooperadas e dos cooperados.

Com a implantação do sistema, o município passa a contar com uma estrutura voltada à qualificação da política pública ambiental, capaz de articular ganhos ambientais, geração de trabalho e fortalecimento da economia circular. Trata-se de um avanço relevante na forma como os resíduos sólidos urbanos passam a ser geridos no território.

A etapa operacional inaugura a execução concreta dessa política. Estruturada, a cooperativa inicia suas atividades com maquinário instalado, equipe capacitada e condições adequadas de trabalho, estando preparada para receber, triar e destinar corretamente os resíduos recicláveis separados pela população.

A separação adequada de materiais como papel, plástico, vidro e metal contribui para a redução do volume de rejeitos encaminhados a aterros, assim como a destinação correta do óleo de cozinha usado, evitando o descarte irregular em redes de esgoto e corpos hídricos. Essas práticas asseguram um destino ambientalmente adequado aos resíduos, mitigam impactos ambientais e ampliam a recuperação de recursos. Ao mesmo tempo, a coleta seletiva promove a geração de trabalho e renda, assegurando remuneração digna aos cooperados e fortalecendo a inclusão socioprodutiva.

A fim de garantir transparência e facilitar o acompanhamento do serviço, os moradores poderão consultar os bairros atendidos e o cronograma da coleta por meio do site [reciclagem.org.br](http://reciclagem.org.br), que estará disponível a partir do dia 30 de janeiro. Nos canais oficiais da cooperativa nas redes sociais, @reciclacataguases, serão divulgadas orientações sobre a separação correta dos resíduos, atualizações operacionais e conteúdos educativos sobre reciclagem.

Embora o sistema comece a operar no início de fevereiro, o evento oficial de inauguração está programado para o mês de março. A solenidade reunirá autoridades municipais, parceiros e investidores, marcando simbolicamente a consolidação institucional do projeto.

A iniciativa integra o Programa Recicleiros Cidades, desenvolvido pelo Instituto Recicleiros, que atua em todo o país na implantação de sistemas públicos de reciclagem inclusiva. O programa conecta prefeituras, cooperativas, empresas e comunidades para transformar a coleta seletiva em uma política pública efetiva, contínua e economicamente viável.

Com patrocínio principal da Alliance to End Plastic Waste e do Fundo Socioambiental do BNDES, o Programa Recicleiros Cidades está presente atualmente em 14 municípios de 11 estados brasileiros. A chegada do programa a Cataguases reforça o compromisso com soluções estruturantes para a gestão de resíduos, a valorização do trabalho dos cooperados e a construção de um modelo de cidade mais sustentável e ambientalmente responsável.

### Sobre o Instituto Recicleiros

O Instituto Recicleiros é uma OSC (Organização da Sociedade Civil) com mais de 18 anos de atuação dedicada à gestão sustentável de resíduos sólidos no Brasil, com foco na recuperação de embalagens pós-consumo e na inclusão socioprodutiva de catadores. Implementa o Programa Recicleiros Cidades em diferentes municípios, conectando governos, empresas e investidores em soluções de economia circular.

Saiba mais: <http://recicleiros.org.br/>



### 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Participativo de Cataguases



31 de Janeiro (sábado)



08h30 às 12h30



Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto  
(Colégio Cataguases) - Granjaria

A Prefeitura de Cataguases convida toda a população para participar da **Audiência Pública** que vai ajudar a definir os rumos do desenvolvimento da nossa cidade.

É um momento aberto a todos para conhecer, opinar e acompanhar as decisões sobre o futuro de Cataguases.

Participe!  
Sua voz faz a diferença.



CATAGUASES  
PREFEITURA



*Cooperativa inicia atividades com maquinário instalado, equipe capacitada e condições adequadas de trabalho, pronta para receber, triar e destinar corretamente os materiais*





COMARCA DE CATAGUASES. EDITAL DE CURATELA PARCIAL. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO DE 40 DIAS. O Dr. Reinaldo Daniel Moreira, Juiz de Direito na Vara de Família, Infância e Juventude e Precatórias desta Comarca, em pleno exercício do cargo, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos os interessados que se processou junto a este Juízo e secretaria a AÇÃO DE INTERDIÇÃO/CURATELA PARCIAL, autos do processo nº 5001080-29.2025.8.13.0153, tendo sido proferida sentença em data de 03/09/2025, transitada em julgado em 13/11/2025, decretando a CURATELA PARCIAL de DANIEL FABIANO LEMOS, brasileiro, filho de Maria da Consolação Lemos, residente e domiciliado nesta comarca, declarando-o absolutamente incapaz de exercer os atos relacionados aos seus direitos de natureza patrimonial e negocial, pelo que são nulos todos os atos praticados sem a representação de sua CURADORA, a Senhora ANDRESSA LEMOS DA SILVA, brasileira, filha de Maria da Consolação Lemos, residente e domiciliada nesta comarca. E para que chegue ao conhecimento de todos quantos se interessar possa, expediu-se o presente edital que será PUBLICADO por três vezes pela Imprensa Oficial e uma vez no jornal local e afixado em local de costume, na forma da lei. Cataguases, 12/12/2025. Eu, Simone Garcia Araújo Souza, Escrivã Judicial o digitei, subscrevo e assino por ordem da MM. de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude e Precatórias, Dr. Reinaldo Daniel Moreira. Defensor Público: André Ricardo Nery, MADEP 0869. CERTIFICO haver fixado nesta data, às 12 horas, no lugar de costume, o presente edital. A Escrivã.

COMARCA DE CATAGUASES. EDITAL DE CURATELA PARCIAL. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO DE 40 DIAS. O Dr. Reinaldo Daniel Moreira, Juiz de Direito na Vara de Família, Infância e Juventude e Precatórias desta Comarca, em pleno exercício do cargo, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos os interessados que se processou junto a este Juízo e secretaria a AÇÃO DE INTERDIÇÃO/CURATELA, autos do processo nº 5001936-90.2025.8.13.0153, tendo sido proferida sentença em data de 03/10/2025, transitada em julgado em 22/12/2025, decretando a CURATELA PARCIAL DE CARLOS ALBERTO MARAZO DA SILVA, brasileiro, filho de José Geraldo da Silva Pinto e Iolanda Joana Marazo Pinto, residente e domiciliado nesta comarca, declarando-o absolutamente incapaz de exercer os atos relacionados aos seus direitos de natureza patrimonial e negocial, pelo que são nulos todos os atos praticados sem a representação de sua CURADORA, a SRª. IOLANDA JOANA MARAZO PINTO, brasileira, filha de João Marazo e Dulce Espindola Marazo, residente e domiciliado nesta comarca. E para que chegue ao conhecimento de todos quantos se interessar possa, expediu-se o presente edital que será PUBLICADO por três vezes pela Imprensa Oficial e uma vez no jornal local e afixado em local de costume, na forma da lei. Cataguases, 09/01/2026. Eu, Simone Garcia Araújo Souza, Escrivã Judicial o digitei, subscrevo e assino por ordem da MM. de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude e Precatórias, Dr. Reinaldo Daniel Moreira. Advogados: Marcelo Ladeira Duarte, OAB/MG 65.449 e Ana Paula Carneiro Pacheco, OAB/MG 76.419. CERTIFICO haver fixado nesta data, às 12 horas, no lugar de costume, o presente edital. A Escrivã.

COMARCA DE CATAGUASES. EDITAL DE CURATELA PARCIAL. JUSTIÇA GRATUITA. PRAZO DE 40 DIAS. O Dr. Reinaldo Daniel Moreira, Juiz de Direito na Vara de Família, Infância e Juventude e Precatórias desta Comarca, em pleno exercício do cargo, na forma da lei etc. FAZ SABER a todos os interessados que se processou junto a este Juízo e secretaria a AÇÃO DE INTERDIÇÃO/CURATELA, autos do processo nº 5000651-62.2025.8.13.0153, tendo sido proferida sentença em data de 07/10/2025, transitada em julgado em 27/12/2025, decretando a CURATELA PARCIAL DE DELZA DE OLIVEIRA COSTA, brasileira, filha de Recelvino de Oliveira e Maria Spinola de Oliveira, residente e domiciliada nesta comarca, declarando-a absolutamente incapaz de exercer os atos relacionados aos seus direitos de natureza patrimonial e negocial, pelo que são nulos todos os atos praticados sem a representação de sua CURADORA, a SRª. NÁDIA DE OLIVEIRA SILVA, brasileira, filha de Manoel da Silva Filho e Delza de Oliveira Silva, residente e domiciliada nesta comarca. E para que chegue ao conhecimento de todos quantos se interessar possa, expediu-se o presente edital que será PUBLICADO por três vezes pela Imprensa Oficial e uma vez no jornal local e afixado em local de costume, na forma da lei. Cataguases, 07/01/2026. Eu, Simone Garcia Araújo Souza, Escrivã Judicial o digitei, subscrevo e assino por ordem da MM. de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude e Precatórias, Dr. Reinaldo Daniel Moreira. Advogado: Alexandre da Silva Barroca, OAB / MG 165.650. CERTIFICO haver fixado nesta data, às 12 horas, no lugar de costume, o presente edital. A Escrivã.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 DIAS - JUSTIÇA GRATUITA- Processo nº 0096832-02.2014.8.13.0153. A MMa. Juíza de Direito da Segunda Vara Cível desta Comarca, Dra. Luciana de Oliveira Torres, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc... FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que por este meio CITA o executada JOSÉ MARCOS DA SILVA, portador do CPF nº 185.473.968-96, que se encontra atualmente em lugar incerto e não sabido para, no prazo de CINCO DIAS pagar a quantia de R\$ 82.988,79 (oitenta e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos), calculada em data de 24/10/2025, referente à Certidão de Dívida Ativa nº 60 4 14 006282-44, que será corrigida monetariamente na data do recolhimento e demais cominações legais ou garanta a EXECUÇÃO FISCAL registrada sob o nº00969832-02.2014.8.13.0153, que lhe move a UNIÃO, sob pena de penhora em tantos bens de propriedade do executado, quantos bastem para garantia da dívida, acréscimos legais e custas judiciais. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se este edital, que será publicado nas Imprensas Oficiais Estadual e Municipal e afixado no átrio do Fórum local, ciente que, transcorrido o prazo de trinta dias a partir da publicação, dar-se-á por perfeita esta citação. Cataguases, 15 de janeiro de 2026. Luciana de Oliveira Torres - Juíza de Direito.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO:30 (TRINTA) DIAS - Processo nº 0010190-21.217.8.13.0153. A MMa. Juíza de Direito da Segunda Vara Cível desta Comarca, Dra. Luciana de Oliveira Torres, em pleno exercício de seu cargo, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele tomarem conhecimento que por este meio CITA SILVIO ROBERTO ROCHA DE FREITAS, CPF 162.919.215-53, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para, querendo, contestar a AÇÃO DE USUCAPIÃO nº 0010190-21.2017.8.13.0153 requerida por DIRCEU DO CARMO MACHADO, nos quinze dias seguintes ao prazo de fruição do presente, com as advertências de que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos trazidos pelos requerentes na petição inicial, nos termos do art. 344 do CPC. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, expediu-se este edital, que será publicado nas Imprensas Oficiais Estadual e Municipal, e afixado no átrio do Fórum local, cientes que, transcorrido o prazo de trinta dias a partir da publicação, dar-se-á por perfeita esta citação. Cataguases, 15 de janeiro de 2026.



## PORTARIA Nº 13/2026

**CONCEDE  
SERVIDORES  
CÂMARA  
CATAGUASES - MG.**

**TRIÊNIO  
EFETIVOS  
MUNICIPAL**

**AOS  
DA  
DE**

O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, utilizando de suas prerrogativas, com fulcro na Lei 3.815/2010 alterada pela Lei 4.103/2014, Art. 21 na alínea “a” e Art. 23 Alínea “b” II.

### RESOLVE:

**Art. 1º.** Fica concedido 4º Triênio aos Servidores Efetivos:

NOME SERVIDOR	CARGO	DATA DE ADMISSÃO	QUINQUÊNIO
Daniel de Araújo Sena	Agente Administrativo I	06/04/2004	4º Triênio
Flávio Mendes Leite	Agente Administrativo I	06/04/2004	4º Triênio
Juliana Batista de Paula	Agente Administrativo I	06/04/2004	4º Triênio
Lydio Bernardes de Oliveira	Agente Administrativo I	06/04/2004	4º Triênio
Phlter Robert de Oliveira Bezerra	Agente Administrativo I	06/04/2004	4º Triênio
Ana Lúcia Duarte Reiff	Agente Administrativo II	06/04/2004	4º Triênio
Aleksandra Novaes Caetano	Agente Administrativo II	06/04/2004	4º Triênio
Margareth Netto Gomes	Agente Administrativo III	06/04/2004	4º Triênio
Neuza Aparecida Ribeiro Martins	Contadora	06/04/2004	4º Triênio

**Art.2º.** Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01 de janeiro de 2026.

Gabinete da Presidência, 22 de janeiro de 2026.

Vereador VINICIUS MACHADO  
Presidente

## EXTRAT DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na implantação de solução integrada de infraestrutura de rede de dados e internet.

O Presidente da Câmara Municipal de Cataguases, no uso de suas atribuições, RATIFICA o presente processo em favor da pessoa jurídica Leandro Moutinho Miranda, CNPJ: 30.415.669/0001-05 fundamentado no Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021, conforme documentação anexa ao presente processo de dispensa de licitação.

O valor global do presente contrato será de R\$ 19.102,64 (Dezenove Mil Cento e Dois Reais e Sessenta e Quatro Centavos)

Cataguases– MG, aos 21 dias de Janeiro de 2026.

Vinicius Machado Costa de Oliveira  
Presidente

## EXTRATO DE CONTRATO 002/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2026

CONTRATADA: LEANDRO MOTINHO MIRANDA.

CNPJ: 30.415.669/0001-05

OBJETO: Contratação de empresa especializada na implantação de solução integrada de infraestrutura de rede de dados e internet.

VIGÊNCIA: 22/01/2026 a 21/03/2026.

Valor: Pelos serviços prestados a contratante pagará a contratada a importância de R\$ 19.102,64 (Dezenove Mil Cento e Dois Reais e Sessenta e Quatro Centavos).

Dotação Orçamentária:

.01 031 0001 2005 Manutenção das Atividades do Legislativo

.339039000000 0039 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

.01 031 0001 2005 Manutenção das Atividades do Legislativo

.449052000000 0000 Equipamentos e Material Permanente

Amparo Legal: Lei Federal nº 14.133/21, Artigo 75,II

Publique-se

Cataguases, 22 de Janeiro de 2026

Vinicius Machado Costa de Oliveira  
Presidente



## LEI Nº 5.161 de 26 de novembro de 2025

*Dispõe sobre abertura de Crédito Especial ao Orçamento vigente no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e dá outras providências.*

**Art.1º** - Fica o Poder Executivo autorizado, por meio de Crédito Especial, incluir o elemento de despesa no Anexo da Lei Orçamentária 5.074/2024 de 23 de dezembro de 2024.

Funcional	Natureza da Despesa	Valor
02.16.04.122.0002.2.203	3.3.50.43.00.00.00.00.0900 – Subvenções Sociais	10.000,00

**Art.2º** - O recurso necessário à abertura do crédito adicional especial de que trata o art.

1º desta Lei é nos termos do que exigido pelo art. 43, §1º, inciso III, da Lei 4.320/64, proveniente da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Funcional	Natureza da Despesa	Valor
02.16.04.122.0002.2.203	3.3.90.30.00.00.00.00.0900 – Material de Consumo	10.000,00

**Art.3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,  
Cataguases, 26 de novembro de 2025.

José Henriques  
Prefeito

## DECRETO Nº 6.206/2026

Dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização, fiscalização, publicização e aprovação de contas decorrentes da execução de emendas parlamentares no âmbito do Município de Cataguases, regulamentando, no que couber, a Lei Complementar Federal nº 210, de 25 de novembro de 2024.

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases/MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso I, alínea “f” do artigo 85 e inciso VII do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que estabelece normas para assegurar a transparência, a rastreabilidade e a conformidade constitucional das emendas parlamentares estaduais e municipais;

CONSIDERANDO a Recomendação MPC-MP nº 01/2025 do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, que recomenda, em prevenção, aos Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras dos Municípios do Estado de Minas Gerais para a implementação de medidas visando a conformidade, transparência e rastreabilidade das emendas parlamentares ao orçamento público do Estado de Minas Gerais e seus Municípios, em simetria ao modelo federal determinado na ADPF nº 854/DF;

DECRETA:

Art.1º - Este Decreto dispõe sobre os procedimentos e prazos para a análise da viabilidade, acompanhamento, execução, publicização e prestação de contas das emendas parlamentares no âmbito do Município de Cataguases.

Art.2º - Em até 45 (quarenta e cinco) dias após a publicação da Lei do Orçamento Anual, cada Secretário enviará, mediante ofício ao Setor de Planejamento Orçamentário da Secretaria de Fazenda, as justificativas do impedimento das emendas impositivas de sua pasta, correlacionando número da emenda, impedimento técnico identificado e fundamento previsto na legislação vigente.

Parágrafo Único - A análise quanto aos impedimentos técnicos deverá ser feita com fundamento no disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Art.3º - Os prazos e procedimentos para envio ao legislativo e adequação das emendas impositivas com impedimentos técnicos seguirá o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

Art.4º - A destinação de recursos de emendas parlamentares às Organizações da Sociedade Civil (OSC), deverá observar o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 4.941/2018 e demais legislações aplicáveis.

Parágrafo Único - As documentações referentes à abertura de Processos de Parceria deverão ser enviadas pelas Secretarias responsáveis ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração, impreterivelmente, até a data de 30 de junho.

Art.5º - As compras e contratações necessárias à execução das emendas parlamentares deverão obedecer às regras previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

Parágrafo Único - Nos casos em que o cumprimento da emenda dependa da realização de licitação, o processo de abertura de certame deverá ser enviado pelas Secretarias responsáveis à Secretaria de Fazenda, impreterivelmente, até a data de 30 de junho.

Art.6º - As emendas parlamentares destinadas à área de saúde deverão ser formalmente aprovadas, mediante

**PODER EXECUTIVO**

Prefeito  
**José Inácio Peixoto Parreiras Henriques**  
Vice-Prefeita  
**Ana Carolina Damasceno**  
Secretário de Administração  
**Daniel Renault de Castro**  
Secretária de Cultura e Turismo  
**Rosângela Moreira Lima Costa**  
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente  
**Rafael Resende Nogueira**  
Secretário de Fazenda  
**Tiago Rodrigues de Souza Reis**  
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Gestão Institucional

Ricardo Henrique Castro de Mattos  
Secretário de Saúde  
**Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira**  
Secretária de Desenvolvimento Social  
**Mariely Martins Costa**  
Secretária de Educação  
**Marilda Matias de Souza Silva**  
Secretário de Esporte  
**Daniel Maciel da Silva**  
Secretário de Obras  
**José Maria M. Sasso**  
Secretário de Serviços Urbanos  
**Alessandro Cardoso Vieira**  
Procurador Geral do Município  
**Alcino Rodrigues Carvalho**

**PODER LEGISLATIVO**

**MESA DIRETORA 2025/2026**

Presidente: Vereador **Vinicius Machado**  
1º Vice-Presidente: Vereadora **Ana Cristina dos Santos Romão**  
2º Vice-Presidente: Vereador **Marcos Costa Garcia**  
1º Secretário: Vereador **Junio Elias da Silva Valentim**  
2º Secretário: Vereador **Henrique Silva Oliveira**  
Tesoureiro: Vereador **Flávio alves de Souza**

**PLENÁRIO**

Vereadores:**Antônio Gilmar de Oliveira, Carlos Magno de Melo Nóbrega, Felipe Ramos, Fernando Medeiros Pereira, Giovana Aparecida Costa, Giovanni Groppo Toledo, Josimar Branquinho de Almeida, Ricardo Geraldo Dias, Willian José Lourenço Jerônimo**

**JORNAL CATAGUASES**

ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO • FUNDADO EM 28 DE JANEIRO DE 1906  
Diretor Geral

• **José Peixoto Parreiras Henriques / Prefeito de Cataguases**

Coordenadora da Comunicação: **Lilian Mara Miranda Trindade**  
Editora: **Vera Lúcia Maciel** - Registro. Mtb. 17683  
Repórteres: **Cristina Quirino • Roberto Guimarães • Bernardo Chaia**  
Diagramação: • **Roberto Guimarães • Vera Lúcia Maciel**

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores  
Praça Santa Rita, 462 - Cataguases/MG - Telefone: (32) 3422.1066  
E-MAIL - jornal@cataguases.mg.gov.br - **PORTAL** - www.cataguases.mg.gov.br  
Facebook: Prefeitura Municipal de Cataguases  
Instagram: @cataguasesprefeitura

**ATENDIMENTO À IMPRENSA: comunicacao@cataguases.mg.gov.br**  
Valor da Unidade Fiscal do Município (UFM): R\$ 473,62



certidão, pelo Secretário de Saúde, na qualidade de gestor do Fundo Municipal de Saúde, conforme inciso XVII, do artigo 7º da Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único - A certidão a que se refere o caput deste artigo deverá ser encaminhada ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração, impreterivelmente, até a data de 30 de março, para que seja divulgada, conforme o disposto no artigo 20 deste Decreto.

Art.7º - Ao início de cada exercício financeiro, até a data de 28 de fevereiro, cada Secretaria deverá emitir portaria nomeando o Gestor Municipal e a Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias de responsabilidade daquela pasta, conforme as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art.8º - As Secretarias responsáveis pela execução das emendas deverão convocar a organizações da sociedade civil beneficiárias para apresentar Plano de Trabalho compatível com o objeto da emenda, acompanhado dos documentos indicados nos arts. 27 e 28 do Decreto Municipal nº 4.941/2018, sem prejuízo de outros previstos na legislação municipal ou solicitados pelo órgão público.

§1º - A convocação dos beneficiários poderá ser realizada mediante envio de mensagem ao endereço eletrônico do beneficiário ou publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município, com a indicação do local de entrega ou meio eletrônico de envio dos documentos, do número do respectivo processo administrativo e do prazo para realização do protocolo.

§2º - O não atendimento das convocações, nos prazos fixados, para entrega de documentos impossibilitará a análise das respectivas emendas individuais.

§3º - Poderá ser regulamentado por decreto procedimento de credenciamento prévio das organizações da sociedade civil para habilitação de celebração de parceria.

§4º - Conforme determinado no Art. 6º da Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a OSC deverá apresentar conta bancária aberta em agência bancária de instituição financeira oficial, exclusivamente para o recebimento dos recursos.

Art.9º - Os Planos de Trabalho serão submetidos à análise técnica das secretarias responsáveis, que deverão elaborar parecer técnico acerca de eventual impedimento de ordem técnica à sua execução e poderão solicitar ajustes necessários à sua viabilidade.

Parágrafo único - Identificado impedimento técnico após análise dos Planos de Trabalho, o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal deve informar ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração, bem como requerer adequação à organização da sociedade civil.

Art.10 - Após a aprovação do Plano de Trabalho, todos os documentos relativos à celebração da parceria, bem como a minuta do Termo de Fomento já redigida deverão ser encaminhados pela Secretaria responsável ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração, que realizará a conferência e organização destes documentos em um Processo Administrativo de Parceria numerado e o encaminhará à Procuradoria-Geral do Município para emissão de parecer jurídico.

Art.11 - Emitido parecer jurídico favorável à celebração da parceria, o Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração deverá colher a assinatura do Chefe do Executivo, bem como do representante legal da organização da sociedade civil no Termo de Fomento, e enviará seu extrato com justificativa de inexigibilidade de chamamento público para publicação no veículo de imprensa oficial do Município.

Art.12 - Publicado o Extrato do Termo de Fomento no veículo de imprensa oficial do Município, o Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração enviará ofício solicitando pagamento, devidamente assinado pelo ordenador de despesas junto com cópia do Termo assinado ao Setor de Contabilidade da Secretaria de Fazenda para que se proceda o repasse financeiro à organização da sociedade civil parceria.

Art.13 - As prestações de contas da execução das parcerias serão analisadas, conforme exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 4.941/2018, pelos Gestores Municipais nomeados com o suporte do Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração.

Art.14 - Compete ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração manter, em sítio eletrônico oficial do Município, a relação das parcerias celebradas com seus respectivos Planos de Trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento, em conformidade com o artigo 10 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art.15 - Compete ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração a divulgação pela internet de meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos em parcerias celebradas pelo Município, conforme determinado pelo artigo 12 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art.16 - Compete aos Gestores Municipais nomeados certificar que as organizações da sociedade civil parceiras realizem devidamente a divulgação de suas parcerias com o Município, conforme determinado pelo artigo 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art.17 - O Secretário da pasta responsável deverá certificar dos procedimentos necessários pela execução da emenda, que incluem:

I - determinar equipamentos e materiais a serem adquiridos, bem como obras a serem executadas via processo licitatório;

II - providenciar a entrega na Secretaria de Fazenda dos pedidos de abertura de Processo Licitatório, impreterivelmente, até a data de 30 de junho, sendo, pedidos de aquisição de material de consumo e equipamentos direcionados ao Setor de Compras, e pedidos de obras direcionados ao Setor de Licitações e Contratos,

III - após a homologação dos processos licitatórios, cabe ao Secretário responsável providenciar a emissão da Solicitação de Fornecimento, impreterivelmente até 30 de setembro.

Art.18 - Nas emendas que possuam como objeto a realização de obras pelo Município, o acompanhamento de sua execução será realizado por meio do sítio eletrônico oficial do Município, onde cada etapa de medição da obra será lançada pelo fiscal do contrato no sistema no prazo máximo de 10 dias após a realização da medição.

Art.19 - Compete ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração a fiscalização do cumprimento deste Decreto, bem como o acompanhamento da execução das emendas parlamentares de execução obrigatória.

Art.20 - O Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração promoverá a divulgação, em sítio eletrônico oficial do Município, de relação de acompanhamento da execução física e financeira das emendas parlamentares em execução, nos moldes determinados pelo artigo 7º da Instrução Normativa nº 05/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, sem prejuízo de informações adicionais a serem divulgadas no Portal da Transparência.

§1º - A relação de que trata o caput deste artigo deverá ser atualizada a cada 15 dias.

§2º - Para o cumprimento do prazo determinado no parágrafo anterior, cada Secretário deverá enviar, semanalmente, ao Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração, relatório parcial atualizado de execução das emendas de sua pasta, que incluirá:

I - efetivação de repasse financeiro para organização da sociedade civil decorrente de termo de parceria;

II - homologação de processo licitatório para realização de obra ou aquisição de material de consumo ou equipamento;

III - relatório de medição de obra;

IV - relatório de conclusão de obra ou de entrega de material de consumo ou equipamento.

§3º - A divulgação de informações referentes à execução de emendas que possuam como objeto a realização de obras pelo Município será efetuada por meio do sítio eletrônico oficial do Município, conforme o artigo 18 deste Decreto.

§4º - O Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração poderá designar formalmente que os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, responsáveis pela execução de emendas parlamentares de execução obrigatória atendam ao disposto no caput deste artigo.

Art.21 - Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão manter controles próprios de verificação da conformidade de execução das emendas parlamentares de execução obrigatória.

Parágrafo único - Anualmente, cada órgão ou entidade da Administração Pública Municipal deverá enviarão Setor de Parcerias e Convênios da Secretaria de Administração e à Controladoria-Geral do Município um Relatório Final de Execução das emendas, impreterivelmente, até a data de 31 de outubro, ressalvadas as informações complementares referentes a medições finais de obras e efetivações de pagamentos que ocorrem até o encerramento do exercício financeiro.

Art.22 - O não cumprimento dos prazos e etapas fixados neste Decreto pelos órgãos, entidades e agentes da Administração poderá acarretar em responsabilização funcional nos termos da legislação administrativa vigente.

Art.23 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 19 de janeiro de 2026.

JOSÉ HENRIQUES

Prefeito

DANIEL RENAULT DE CASTRO

Secretário de Administração

#### PORTARIA Nº 039 /2026

Institui Processo Administrativo de Responsabilidade Jurídica nº 001/2026 em face da empresa COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS – COPASA, CNPJ 17.281.106/0001-03,em razão de diversas reclamações dos cidadãos e consumidores em relação ao aspecto, cheiro e sabor da água fornecida ao Município

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata a alínea “f”, do inciso II, do artigo 85, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o Contrato de Programa firmado em 09 de julho de 2011 entre o Município de Cataguases e a COPASA, para prestação dos serviços de esgotamento sanitário e renovação da concessão de abastecimento de água por 30 anos, nos termos de convênio autorizado pela Lei Municipal nº 3.840/2010, cujas cláusulas impõem a prestação contínua, regular e eficiente dos serviços de água, assim como as obrigações municipais de fiscalização;

CONSIDERANDO que, em 19 de janeiro de 2026, a Controladoria Geral do Município recebeu e acolheu diversas denúncias oriundas da população, com reclamações indicando que várias residências em diversos Bairros, com relato de fornecimento inadequado e/ou impróprio para consumo, onde a água se encontra com odor e sabor desagradáveis, para uma água devidamente tratada e potável;

CONSIDERANDO que, apesar dos reiterados contatos realizados por meio de e-mail, a empresa não apresentou retorno, até a instauração desta;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano), art. 3º, §§ 5º e 6º, que exige infraestrutura básica de abastecimento de água potável em loteamentos urbanos, requisito atendido pela aprovação municipal e deixandode ser cumprido pela concessionária, constatado em vários pontos da cidade, através das denúncias recebidas;

CONSIDERANDO os dispositivos da Lei nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais do Saneamento Básico) que estabelecem princípios para os serviços de saneamento: em especial o art. 3º, inciso XI, que exige “segurança, qualidade e regularidade” na prestação dos serviços, e o art. 2º, inciso III, que impõe parâmetros mínimos para o abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública, à conservação dos recursos naturais e à proteção do meio ambiente;(Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020)

CONSIDERANDO a essencialidade do abastecimento público de água potável como serviço de interesse coletivo e direito fundamental à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, e art. 6º da Constituição Federal), sendo vedada sua interrupção arbitrária, sob pena de violar princípios constitucionais de dignidade e isonomia;

CONSIDERANDO que a conduta omissiva da COPASA caracteriza evidente descumprimento contratual, podendo configurar infrações administrativas previstas no art. 155, incisos I, II, III e VII, da Lei nº 14.133/2021 (danos causados à execução parcial ou total do contrato e retardamento injustificado do objeto contratual), sujeitas às sanções legais cabíveis;

CONSIDERADO, por fim, o grave impacto social causado à coletividade afetada e a obrigação legal de assegurar imediatamente o fornecimento de água, especialmente em situações de risco à saúde e à dignidade das pessoas;

CONSIDERANDO que, até a presente redação desta Portaria, a empresa não manifestou retorno das tentativas de contato, motivo pelo qual se instaura o presente Processo Administrativo de Responsabilização;

RESOLVE:

Art.1º- Fica instaurado o Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) nº 001/2026, no âmbito do Município de Cataguases, para apurar as possíveis responsabilidades da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) relativas as denúncias relativas ao fornecimento de água, estando com odor e sabor desagradáveis, não caracterizando uma água potável, apropriada para o consumo;

Art.2º - Ficam designados para compor a Comissão de Processo Administrativo os seguintes servidores, sob a presidência do primeiro:

I- ROBERTO GUIMARÃES- PRESIDENTE

II- RENATA GOMES CARVALHO TÓFANI - SECRETÁRIO

III- MIRIAM DO ROSÁRIO OLIVEIRA SILVA DE ALMEIDA– MEMBRO

Art.3º Os procedimentos e atos do processo administrativo de que trata o artigo 1º desta portaria observarão o disposto na Lei Municipal nº 4.879 de 25 de agosto de 2022, com aplicação subsidiária da Lei 9.784 de 29 e janeiro de 1999 e Lei nº 12.846/2013 e das normas de Direito Civil e Direito Processual Civil e também ao seguinte:

I – As intimações e citações deverão ser realizadas, preferencialmente, via postal, correspondência expedida com AR (aviso de recebimento) ou pessoalmente;

II – Os prazos processuais, regra geral, são de 15 (quinze) dias, contados de forma contínua, salvo disposição legal específica;

Art.4º - O prazo para conclusão do processo administrativo não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da publicação desta portaria, admitida a sua prorrogação por igual prazo, se as circunstâncias o exigirem.

Art.5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 19 de janeiro de 2026

JOSÉ HENRIQUES

PREFEITO

#### PORTARIA Nº 040/2026

Institui Comissão de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, para a formalização de parceria entre a Administração Pública Municipal e Organização da Sociedade Civil, para a concepção de estudos de viabilidade técnica e econômico, modelagem licitatória-contratual do projeto “requalificação e gestão do complexo imobiliário da estrutura unificada do Cine Teatro Edgard – Cataguases/MG”, em conformidade com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases/MG, no uso de suas atribuições legais e na forma de sua competência privativa de que trata o inciso VII do artigo 60, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil, e suas alterações;

CONSIDERANDO o Decreto nº 4.941 de 27 de março de 2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019 de 2014, no âmbito da Administração Pública direta do Município de Cataguases;

RESOLVE:

Art.1º - Instituir a Comissão de Seleção, órgão colegiado destinado a processar e julgar os procedimentos do Edital de Chamamento Público nº 01/2026, para a formalização de parceria entre a Administração Pública Municipal e Organização da Sociedade Civil, para a concepção de estudos de viabilidade técnica e econômico, modelagem licitatória-contratual do projeto “requalificação e gestão do complexo imobiliário da estrutura unificada do Cine Teatro Edgard – Cataguases/MG”, em conformidade com a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art.2º - Designar a Comissão de Seleção, que terá composição multisetorial, composta por 05 (cinco) membros do quadro de pessoal da Administração Pública Municipal, a saber:

Gabinete do Prefeito - Emília de Sousa Menta

Secretaria de Cultura - Rosângela Moreira Lima Costa

Secretaria de Fazenda - Tábatha Moreira Gróppo

Secretaria de Obras - Renata Carvalho Tófani

Procuradoria-Geral - Priscila Martins Werneck

§ 1º Serão imediatamente substituídos os membros da Comissão de Seleção que mantenham relação jurídica com quaisquer das Organizações participantes do chamamento público.

§ 2º Configurado o impedimento, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art.3º - Compete à Comissão de Seleção, sem prejuízo de outros deveres e prerrogativas previstos em lei, exercer as seguintes funções:

I – Verificar o grau de adequação das propostas aos objetivos específicos do objeto da parceria, mediante análise dos documentos apresentados, conforme critérios definidos no Edital;

II – Prestar informações nos casos definidos pelo Edital;

III – Processar recursos e impugnações nos casos definidos pelo Edital;

IV – Emitir parecer técnico para fins de classificação da Organização da Sociedade Civil selecionada, conforme critérios definidos no Edital;

V – Exercer outras funções determinadas pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto nº 4.941/2018.

Art.4º - A Comissão de Seleção terá total independência técnica para exercer o julgamento das propostas apresentadas pelas Organizações da Sociedade Civil, com base nos critérios estabelecidos pelo Edital, bem como os requisitos da Lei nº 13.019/2014 e Decreto nº 4.941/2018.

Art.5º - As deliberações e as decisões da Comissão serão tomadas mediante o expresse consentimento da maioria absoluta de seus membros.

Art.6º - Para o desempenho de suas funções, a Comissão poderá valer-se de apoio técnico de outras secretarias.

Art.7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

Cataguases, 22 de janeiro de 2026.

JOSÉ HENRIQUES

Prefeito

DANIEL RENAULT DE CASTRO

Secretário de Administração

#### PORTARIA Nº 041 /2026

Nomeia o Fiscal e o Gestor do Acordo de Parceria a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cataguases e a Universidade Federal de Viçosa - UFV, com interveniência da Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa - FACEV, visando o desenvolvimento do projeto “O processo de Licenciamento Ambiental de Aterros Sanitários em Minas Gerais – estudo de caso do Aterro Sanitário localizado no município de Cataguases para o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Zona da Mata - CIRSU”, a ser executado nos termos do Plano de Trabalho apresentado, visando à transferência de recursos financeiros, à gestão administrativa e financeira e à execução técnica de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I, conforme art. 36, do Decreto Federal nº 9.283/2018.

JOSÉ HENRIQUES, Prefeito de Cataguases, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 85, II, “c” e, na forma de sua competência privativa que tratam os incisos II e VII, do art. 60, todo da Lei Orgânica Municipal, considerando ainda a Lei Federal nº 14.133 de 2021;

Resolve:

Art.1º - Nomear o Sr. Tiago Viana Gonçalves dos Santos como Fiscal do Acordo de Parceria a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cataguases e a Universidade Federal de Viçosa - UFV, com interveniência da Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa - FACEV.

Art.2º - Nomear o Sr. Rafael Resende Nogueira, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, como o Gestor do Acordo de Parceria a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cataguases e a Universidade Federal de Viçosa - UFV, com interveniência da Fundação Artística, Cultural e de Educação para a Cidadania de Viçosa - FACEV.















DECRETO Nº 6.183, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2025.

\*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS POR PRESCRIÇÃO INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS DE 2020 E 2024 DO MUNICÍPIO DE CATAGUASES.

O Prefeito do Município de Cataguases - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, a dívida fluutuante é composta pelos restos a pagar, serviços da dívida a pagar, depósitos e dos débitos em tesouraria;

Considerando que a Contabilidade tem como finalidade o fornecimento de informações, contribuindo de forma significativa para tomada de decisões;

Considerando que os restos a pagar com insubsistência passiva devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;

Considerando que o artigo 69 do mesmo diploma dispõe que após o cancelamento da inscrição da despesa como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores;

Considerando que o artigo 1º do Decreto nº 20.910 de 06 de janeiro de 1932, estabelece que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em 05 (cinco) anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem;

Considerando o disposto no Art. 359-F do Código Penal, acrescentado pela Lei nº 10.028/2000, que trata dos crimes contra as finanças públicas, e penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscritos em valor superior ao permitido em lei, DECRETA:

**Art. 1º** Ficam cancelados por insubsistência passiva de crédito, os restos a pagar Não Processados referentes aos empenhos das contas Restos a Pagar “Não Processados” a Liquidar do exercício **2024** e Restos a Pagar “Processado” e liquidado em **2020**, abaixo relacionados:

Credor	Empenho	Emissão	Saldo
48.961. JOSILENE DE SOUSA DAMASCENO	4475/2024	26/03/24	270,00
A. A. NASCIMENTO E CIA LTDA	14036/2024	04/11/24	88,54
A. A. NASCIMENTO E CIA LTDA	14037/2024	04/11/24	88,54
A. A. NASCIMENTO E CIA LTDA	13984/2024	31/10/24	88,54
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	5775/2024	26/04/24	3.848,40
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	7014/2024	28/05/24	1.924,21
ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	13950/2024	31/10/24	452,69
ALFALAGOS LTDA.	13952/2024	31/10/24	42,30
ALIANCA COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA	3275/2024	26/02/24	134,40
ALIMENTOS ROGEL LTDA	6303/2024	13/05/24	1.644,00
ANDRADE CONSTRUCAO E CONSERVACAO LTDA	11716/2024	25/09/24	1.487,70
ANDRADE CONSTRUCAO E CONSERVACAO LTDA	11717/2024	25/09/24	9.190,90
ARMAZEM MINEIRO HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA	509/2024	02/01/24	888,60
ASSOC.DOS AGRIC.FAMIL.DE ARACATI E REGIA	70/2024	02/01/24	2.824,00
ASSOC. DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS	16258/2024	31/12/24	4.312,60
ASSOC. DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS	11194/2024	03/09/24	8.625,20
ASSOCIACAO MINEIRA DE MUNICIPIOS - AMM	101/2024	02/01/24	1.000,00
BANCO BRADESCO S/A	3934/2024	22/03/24	5.057,74
BANCO BRADESCO S/A	4038/2024	22/03/24	750,32
BANCO BRADESCO S/A	12982/2024	23/10/24	2.596,00
BELLAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	3731/2024	15/03/24	390,00
BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES SA	13955/2024	31/10/24	0,01
BK INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	629/2024	02/01/24	4.123,20
BK INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	640/2024	02/01/24	8.896,80
BK INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	641/2024	02/01/24	28,80
BK INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	13096/2024	28/10/24	13.096,80
BK INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	14140/2024	11/11/24	184,40
BK INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	14183/2024	13/11/24	803,20
BK INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	14232/2024	18/11/24	150,40
C B DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMAC. LTDA	10114/2024	06/08/24	2.825,40
CATAGUARINO TURISMO LTDA	8680/2024	08/07/24	5.735,92
CATAGUARINO TURISMO LTDA	14184/2024	13/11/24	6.747,61
CATAGUASES NET LTDA	11447/2024	17/09/24	58,00
CATAGUASES NET LTDA	11475/2024	17/09/24	0,53
CATAGUASES NET LTDA	4759/2024	05/04/24	688,74
CATAGUASES NET LTDA	11460/2024	17/09/24	88,63
CATAGUASES NET LTDA	11480/2024	17/09/24	711,21
CATAGUASES NET LTDA	11446/2024	17/09/24	45,10
CATAGUASES NET LTDA	566/2024	02/01/24	209,70
CATAGUASES NET LTDA	570/2024	02/01/24	69,90
CATAGUASES NET LTDA	11438/2024	17/09/24	947,04
CATAGUASES NET LTDA	11440/2024	17/09/24	45,10
CATAGUASES NET LTDA	11442/2024	17/09/24	45,10
CATAGUASES NET LTDA	11443/2024	17/09/24	45,10
CATAGUASES NET LTDA	11455/2024	17/09/24	178,83
CATAGUASES NET LTDA	11456/2024	17/09/24	45,10
CATAGUASES NET LTDA	11465/2024	17/09/24	45,10
CATAGUASES NET LTDA	11439/2024	17/09/24	24,80
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	9995/2024	31/07/24	3.757,23
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	11192/2024	03/09/24	3.126,58

CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	12823/2024	21/10/24	1.150,01
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	14031/2024	04/11/24	236,86
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	14029/2024	04/11/24	5.929,74
CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	7017/2024	28/05/24	14,15
CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	11308/2024	11/09/24	56,59
CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA	5907/2024	02/05/24	22,55
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	7020/2024	28/05/24	1.404,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	844/2024	02/01/24	2.109,69
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	846/2024	02/01/24	4.779,10
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	9188/2024	23/07/24	17.791,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	10043/2024	02/08/24	8.096,90
CONTAPRIME CONTABILIDADE LTDA	11121/2024	30/08/24	2.997,00
CSMED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	13288/2024	29/10/24	170,24
ECOFIRE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	4762/2024	05/04/24	5.550,51
ECOFIRE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	15164/2024	10/12/24	573,58
EDUARDO MENTA GUEDES MOREIRA	2279/2024	08/02/24	1.666,63
ENGETRONIC NETSAT SEGUR. VIA SATELITE MIRAI	11870/2024	26/09/24	832,04
ENGETRONIC NETSAT SEGUR. VIA SATELITE MIRAI	1141/2024	09/01/24	760,00
FRANCISCO DE ASSIS CHAVES DA COSTA	1301/2024	17/01/24	495,00
FRANCISCO DE ASSIS CHAVES DA COSTA	1302/2024	17/01/24	55,00
FUNDAÇAO CULT EDUC MELODIA DE CATAGUASES	3548/2024	05/03/24	13.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14398/2024	25/11/24	22.942,93
GCT - GERENCIAM. E CONTROLE DE TRANSITO S/A	12335/2024	30/09/24	11.674,88
INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LT	5077/2024	15/04/24	4.311,00
IVAN PEREIRA DE SOUSA 03734015154	475/2024	02/01/24	1.799,00
IVAN PEREIRA DE SOUSA 03734015154	10289/2024	16/08/24	3.598,00
JC TEIXEIRA & CIA LTDA	4999/2024	10/04/24	38,50
JC TEIXEIRA & CIA LTDA	11605/2024	19/09/24	16.713,87
JL COMERCIO E SERVICOS LTDA	5868/2024	30/04/24	2.920,00
KINGDOM COMERCIO DE LICITACOES LTDA	3288/2024	20/02/24	36,30
KINGDOM COMERCIO DE LICITACOES LTDA	10272/2024	14/08/24	252,00
LAB COMPRAS LTDA	12806/2024	21/10/24	0,04
LEIS LTDA	934/2024	02/01/24	0,04
LICITAFISIO COM.DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITA	7297/2024	03/06/24	2.765,28
LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	3614/2024	11/03/24	592,50
LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	6285/2024	13/05/24	148,90
MARCELO AVILA DO BEM	14574/2024	28/11/24	400,00
MARIA DA PENHA BRANDAO PINTO	10096/2024	06/08/24	775,00
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	14056/2024	05/11/24	330,00
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	15110/2024	06/12/24	217,80
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	12550/2024	08/10/24	139,10
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	14054/2024	05/11/24	423,64
MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	3568/2024	07/03/24	14,01
MINAS FLORESTAIS E CONSTRUCOES LTDA	1261/2024	16/01/24	136,79
MINERACAO PEDRA LIDER LTDA	13910/2024	31/10/24	1.040,00
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	14304/2024	22/11/24	2.655,56
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	4870/2024	08/04/24	5.179,17
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	14259/2024	19/11/24	1.988,78
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	14277/2024	21/11/24	1.446,85
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	15046/2024	03/12/24	2.687,32
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	4053/2024	25/03/24	2.045,60
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	15044/2024	03/12/24	20,83
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	16248/2024	31/12/24	1,30

CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	12823/2024	21/10/24	1.150,01
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	14031/2024	04/11/24	236,86
CENTRO OESTE ASFALTOS S/A	14029/2024	04/11/24	5.929,74
CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	7017/2024	28/05/24	14,15
CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	11308/2024	11/09/24	56,59
CIMED INDUSTRIA DE MEDICAMENTOS LTDA	5907/2024	02/05/24	22,55
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA	7020/2024	28/05/24	1.404,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	844/2024	02/01/24	2.109,69
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	846/2024	02/01/24	4.779,10
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	9188/2024	23/07/24	17.791,00
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS	10043/2024	02/08/24	8.096,90
CONTAPRIME CONTABILIDADE LTDA	11121/2024	30/08/24	2.997,00
CSMED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	13288/2024	29/10/24	170,24
ECOFIRE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	4762/2024	05/04/24	5.550,51
ECOFIRE TRATAMENTO DE RESIDUOS LTDA	15164/2024	10/12/24	573,58
EDUARDO MENTA GUEDES MOREIRA	2279/2024	08/02/24	1.666,63
ENGETRONIC NETSAT SEGUR. VIA SATELITE MIRAI	11870/2024	26/09/24	832,04
ENGETRONIC NETSAT SEGUR. VIA SATELITE MIRAI	1141/2024	09/01/24	760,00
FRANCISCO DE ASSIS CHAVES DA COSTA	1301/2024	17/01/24	495,00
FRANCISCO DE ASSIS CHAVES DA COSTA	1302/2024	17/01/24	55,00
FUNDAÇAO CULT EDUC MELODIA DE CATAGUASES	3548/2024	05/03/24	13.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14398/2024	25/11/24	22.942,93
GCT - GERENCIAM. E CONTROLE DE TRANSITO S/A	12335/2024	30/09/24	11.674,88
INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LT	5077/2024	15/04/24	4.311,00
IVAN PEREIRA DE SOUSA 03734015154	475/2024	02/01/24	1.799,00
IVAN PEREIRA DE SOUSA 03734015154	10289/2024	16/08/24	3.598,00
JC TEIXEIRA & CIA LTDA	4999/2024	10/04/24	38,50
JC TEIXEIRA & CIA LTDA	11605/2024	19/09/24	16.713,87
JL COMERCIO E SERVICOS LTDA	5868/2024	30/04/24	2.920,00
KINGDOM COMERCIO DE LICITACOES LTDA	3288/2024	20/02/24	36,30
KINGDOM COMERCIO DE LICITACOES LTDA	10272/2024	14/08/24	252,00
LAB COMPRAS LTDA	12806/2024	21/10/24	0,04
LEIS LTDA	934/2024	02/01/24	0,04
LICITAFISIO COM.DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITA	7297/2024	03/06/24	2.765,28
LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	3614/2024	11/03/24	592,50
LIFE CLEAN COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA	6285/2024	13/05/24	148,90
MARCELO AVILA DO BEM	14574/2024	28/11/24	400,00
MARIA DA PENHA BRANDAO PINTO	10096/2024	06/08/24	775,00
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	14056/2024	05/11/24	330,00
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	15110/2024	06/12/24	217,80
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	12550/2024	08/10/24	139,10
MATHEUS CARVALHO DE ALMEIDA LTDA	14054/2024	05/11/24	423,64
MEDH DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	3568/2024	07/03/24	14,01
MINAS FLORESTAIS E CONSTRUCOES LTDA	1261/2024	16/01/24	136,79
MINERACAO PEDRA LIDER LTDA	13910/2024	31/10/24	1.040,00
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	14304/2024	22/11/24	2.655,56
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	4870/2024	08/04/24	5.179,17
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	14259/2024	19/11/24	1.988,78
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	14277/2024	21/11/24	1.446,85
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	15046/2024	03/12/24	2.687,32
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	4053/2024	25/03/24	2.045,60
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	15044/2024	03/12/24	20,83
MODELO COM.E SERVICOS CATAGUASES LTDA	16248/2024	31/12/24	1,30

MR COMERCIO ARMARINHO LTDA	2543/2024	23/02/24	495,00
MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.	11310/2024	11/09/24	2.393,68
NOGUEIRA NOBRE COMERCIO E SERVICOS LTDA	2428/2024	21/02/24	58,44
PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA	13961/2024	31/10/24	1.534,00
RBQ COMERCIAL LTDA	13934/2024	31/10/24	86,46
RD COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	10382/2024	26/08/24	200,20
REIS DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	13269/2024	29/10/24	788,00
S & K INFORMATICA LTDA	1284/2024	17/01/24	45,00
SENA E PRATES LTDA	5867/2024	30/04/24	586,00
SETRANS SEGURANCA E TRANSITO LTDA	9119/2024	22/07/24	6.525,88
SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	7236/2024	29/05/24	4.675,67
SOMA/MG PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	13965/2024	31/10/24	0,01
STRATURA ASFALTOS LTDA.	1/2024	02/01/24	2.239,38
STRATURA ASFALTOS LTDA.	2563/2024	23/02/24	1.085,76
STRATURA ASFALTOS LTDA.	3883/2024	21/03/24	1.900,08
STRATURA ASFALTOS LTDA.	4748/2024	04/04/24	18.016,83
STRATURA ASFALTOS LTDA.	7051/2024	28/05/24	552,75
STRATURA ASFALTOS LTDA.	7293/2024	03/06/24	1.623,70
STRATURA ASFALTOS LTDA.	8032/2024	25/06/24	3.489,22
STRATURA ASFALTOS LTDA.	8478/2024	27/06/24	36.481,42
SUPERAR LTDA	10290/2024	16/08/24	3.050,00
TCM CONSTRUTORA LTDA	8024/2024	25/06/24	143,50
TCM CONSTRUTORA LTDA	11410/2024	16/09/24	8.218,42
TCM CONSTRUTORA LTDA	8447/2024	26/06/24	32,80
TOTUS PISOS E AZULEJOS LTDA	4158/2024	26/03/24	120,00
TRERRAPLENAGEM SOUZA & FILHOS LTDA.	1034/2024	03/01/24	1.818,14
TRERRAPLENAGEM SOUZA & FILHOS LTDA.	1037/2024	03/01/24	65,08
TRERRAPLENAGEM SOUZA & FILHOS LTDA.	4160/2024	26/03/24	19.976,00
TRERRAPLENAGEM SOUZA & FILHOS LTDA.	11409/2024	16/09/24	6.641,00
TRERRAPLENAGEM SOUZA & FILHOS LTDA.	12654/2024	11/10/24	2.473,77
TRERRAPLENAGEM SOUZA & FILHOS LTDA.	12656/2024	11/10/24	3.192,83
TRERRAPLENAGEM SOUZA & FILHOS LTDA.	3912/2024	21/03/24	128,00
UP DISTRIBUIDORA LTDA	7273/2024	03/06/24	21,00
VAREJÃO PONTO CERTO COMERCIO ATACAD. EIRELI	5944/2024	03/05/24	2.700,00
VIVIANE RIBEIRO FONSECA - ME	11133/2024	30/08/24	160,00
VIVIANE RIBEIRO FONSECA - ME	715/2024	02/01/24	868,00
VIVIANE RIBEIRO FONSECA - ME	723/2024	02/01/24	160,00
VIVIANE RIBEIRO FONSECA - ME	11136/2024	30/08/24	160,00
VIVIANE RIBEIRO FONSECA - ME	719/2024	02/01/24	160,00
VIVIANE RIBEIRO FONSECA - ME	714/2024	02/01/24	160,00



EXTRATO DE ADITIVOS					
TERCEIRO TERMO ADITIVO					
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2023					
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2023					
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 273/2022					
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2022					
TERMO ADITIVO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E GENTE SEGURADORA SA CNPJ 90.180.605/0001-02, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA ATENDER AO VEÍCULO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATAGUASES/IMG.					
DO OBJETO O presente termo aditivo terá por objeto a prorrogação da vigência contratual estipulada na cláusula segunda do termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 010/2023 conforme memorando SMS/DIRA-LICIT nº 108/2025 da Secretaria Municipal de Saúde e em consonância com o parecer jurídico.					
DA VIGÊNCIA O prazo de vigência é de 12 (doze) meses contados a partir de 24 de janeiro de 2026 e término em 23 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado de acordo com a Lei de 8.666/93.					
DO VALOR O valor global do presente termo é de R\$ 722,84 (setecentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos) conforme abaixo:					
ITEM	VEÍCULO/MARCA	PLACA	ANO/MODELO	chassi	VR. TOTAL
1	Gol MPI / Volkswagen	RVO – 1D18	2022/2023	9BWAG45U9PT071375	722,84
				TOTAL:	722,84

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes da contratação ocorrerão por conta das dotações próprias consignadas no Fundo Municipal de Saúde compatíveis com o ano vigente.

02.009 Fundo municipal de Saúde 2.106 – Gestão da Vigilância Epidemiológica - 3.3.90.39.53.00.00.00 - Seguros em Geral - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - 1.600.000.0000.000 - Transferências fundo a fundo de recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção (Ficha 502).

DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato originário não alterado pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas, que também assinam.

Cataguases, 13 de janeiro de 2026.

José Henriques/Prefeito de Cataguases  
Marcelo Wais / Gente Seguradora SA  
Vinicius F. Barbosa Ferreira /Secretário M. de Saúde  
Testemunhas: Nilyfe Faria de Oliveira / Rafaela do Carmo Soares

QUINTO TERMO ADITIVO					
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2022					
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2022					
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 195/2021					
PREGÃO PRESENCIAL N.º 059/2021					
TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E ENGSTRONIC NETSAT SEGURANÇA VIA SATELITE MIRAI LTDA, CNPJ 07.594.616/0001-87 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMA ELETRÔNICO E SEGURANÇA 24 HORAS COM APOIO TÉCNICO, VIATURA E DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A DIVERSOS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES.					
DO OBJETO Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação da vigência contratual estipulada na cláusula segunda do termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 002/2022 e alteração do fiscal, conforme Ofício SME/ADM nº 002/2026 da Secretaria de Educação e em consonância com o parecer jurídico.					
DA VIGÊNCIA O presente termo aditivo terá vigência por 12 (doze) meses iniciando a contagem a partir do dia 11 de janeiro de 2026 e término em 10 de janeiro de 2027.					
DO VALOR O valor global deste contrato é de R\$ 132.379,68 (cento e trinta e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e sessenta e oito centavos) sendo assim discriminados nas suas especificações, quantidades e valores unitários e total de cada item:					

Item	Local	Endereço	Equipamentos	Qtidade.	Vr. mensal	Vr. total
1	Sede da Prefeitura Municipal.	Praça Santa Rita, 462, Centro.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 11 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	316,95	3.803,40
	Mercado Produtor.	Rua Cleto da Rocha, 15, Centro	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria;			
2			04 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	223,72	2.684,64
3	Biblioteca Municipal Ascânio Lopes.	Praça Dona Catarina, 176, Centro	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 05 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	223,72	2.684,64
4	CREAS	Avenida Astolfo Dutra, nº751, Centro.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 11 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	352,63	4.231,56
5	Casa da Criança	Rua Vanda da Silva Andrade, 151, Bela Vista.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 12 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	380,00	4.560,00
6	Casa de Maria.	Rua Vanda da Silva Andrade, 151, Bela Vista.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 08 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	296,00	3.552,00
7	Casa do Adolescente.	Rua Carlos Antônio, 54, Granjaria.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 01 - Sensores IVP para ambiente fechado; 10 - Sensores Magnéticos sem fio; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	380,00	4.560,00
8	Cras Leonardo.	Avenida Astolfo Dutra, 751, Centro.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 05 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	296,00	3.552,00
9	Cras Sereno.	Av. Manoel Inácio Peixoto, s/n, Sereno	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 06 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah;	12	311,00	3.732,00

			01 - Teclado de Alarme.			
10	Cras São Vicente.	Vila São José, 43, Justino.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 05 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	316,00	3.792,00
11	Secretaria de Educação.	Av. Manoel Inácio Peixoto, 1142 – Industrial.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 13 - Sensores IVP para ambiente fechado; 01 - Sensor Infravermelho Ativo-Barreiras; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
12	E.M. Enedina Prata.	Alameda dos Pinheiros - Paraíso	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 06 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
13	E. M. Folhinha Verde.	Av. Centenário 200 – Bom Pastor	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 06 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
14	E. M. Darcília Guimarães.	Rua José Pacheco M. Filho 200 - Justino	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 09 - Sensores IVP para ambiente fechado; 01 - Sensor Pet (área semiaberta); 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
15	E. M. Vigário Cassimiro.	Rua Romualdo Menezes, 210 – Menezes	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 08 - Sensores IVP para ambiente fechado; 01 - Sensor Pet (área semiaberta); 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
16	E. M. Monsenhor Solindo.	Av. Ministro José Fabrino Balão – Thomé	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 07 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
17	E. M. José Soares Gonçalves.	Rua Manoel Barbosa, s/n – Ibraim	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 05 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah;	12	273,72	3.284,64

18	E. M. Mundo Encantado.	Rua Hercyl Salgado – Taquara Preta	01 - Teclado de Alarme. 01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 14 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
19	Creche Esperança (CAIC)	Av. das Indústrias, 450 – Santa Clara	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 11 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
20	E. M. Lysis Brandão da Rocha.	Av. das Indústrias, 450 – Santa Clara	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 15 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
21	E.M. Carmelita Guimarães.	Av. José Figueiredo Reis,850 –Vila Reis	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 10 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
22	E.M. Manoel Paes Tiago.	Rua Prof. João Idelfonso – Vista Alegre	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 08 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
23	E. M. Francisco Rodrigues de Almeida.	Praça Francisco Martins – Aracati	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 05 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
24	E. M. Dr.Astolpho Rezende.	Rodovia Cataguases/Mirai KM 81 – Sereno	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 07 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
25	E. M. Boaventura Abritta.	Largo do Rosário – Cataguarino	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 08 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
	E. M. Turminha da Mônica.	Travessa Edson Fabrino, s/n –	01 - Central de Alarme Microprocessada para			

26		Pouso Alegre.	Monitoramento; 11 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
27	E. M. Manoel Dutra de Siqueira.	Rua Joaquim Oliveira Martins – São Diniz.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 04 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
28	E. M. Professor Antônio Amaro.	Praça Doutor Cunha Neto, 76 – Granjaria	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 07 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
29	E. M. Maria José Peloso.	Rua Manoel Bandeira – Ana Carrara.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 07 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
30	E. M. Flávia Dutra.	Av. Cel.Antônio Augusto de Sousa, 330-Vila Tereza.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 07 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
31	E. M. Cantinho Feliz.	Av. Astolpho Dutra, 755 - Centro	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 09 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
32	E. M. Pequeno Príncipe.	Rua Sebastião Quaresma, 138 – Leonardo.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 02 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sensor Pet; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
33	E. M. Prefeito José Esteves.	Rua José Alicio, 360 – Leonardo.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 07 - Sensores IVP para ambiente fechado; 01 - Sensor Pet; 03 - Sensor Magnético com fio; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64

34	Escola Técnica Joana Darc.	Av. Cel. Antônio Augusto, 330 – V. Tereza.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 04 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	271,00	3.252,00
35	E. M. Tia Lília.	Rua Rogério Teixeira, 52 – Centro	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento; 08 - Sensores IVP para ambiente fechado; 01 - Sensor Pet; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
36	E. M. João Inácio Peixoto.	Rua Principal – Glória	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 05 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	273,72	3.284,64
39	Tiro de Guerra.	Av. das Indústrias, Bairro Industrial.	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria; 05 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	291,62	3.499,44
43	Antiga Estação Ferroviária – Secretária de Cultura	Praça Governador Valadares	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria;06 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	280,00	3.360,00
44	Antiga Estação Ferroviária – Secretária de Esportes	Praça Governador Valadares	01 - Central de Alarme Microprocessada para Monitoramento c/ GPRS + Chip de telemetria;04 - Sensores IVP para ambiente fechado; 02 - Sirene piezo elétrica 120db; 01 - Bateria selada 12 v 7ah; 01 - Teclado de Alarme.	12	250,00	3.000,00
				TOTAL:	132.379,68	

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As dotações orçamentárias destinadas ao serviços serão informadas pelo Ofício da Secretaria de Educação compatíveis com o orçamento de 2026.

ALTERAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO Fica alterado o fiscal do contrato estipulado na Cláusula Décima Segunda do Contrato Administrativo nº 002/2022, item 12.1, sendo nomeados os seguintes servidores:

Ricardo Luiz Alves de Almeida - Secretaria de Educação  
Carolina Paiva Neves Frade - Secretaria de Cultura e Turismo  
Carla Rocha Patrício - Secretaria de Desenvolvimento Social  
Sebastião Carlos Xavier - Secretaria de Administração  
Rafael Rodrigues Carvalho - Secretaria de Esportes

DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato originário não alterado pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas, que também assina.

Cataguases, 09 de janeiro de 2026

José Henriques/Prefeito de Cataguases  
Otávio Moreira Nicolay Secco / Representante  
José Maria Magalhães Sasso / Sec. Mun. de Obras



Marilda Matias de Souza Silva / Secretária de Educação  
Alcino Rodrigues Carvalho / Procurador do Município  
Daniel Renault de Castro / Secretário de Administração  
Mariely Martins Costa / Secretária de Desenv. Social  
Rosângela Moreira Lima Costa / Secretária de Cultura e Turismo  
Rafael Resende Nogueira / Secretário de Agricultura e Meio Ambiente  
Daniel Maciel da Silva / Secretário de de Esportes  
Testemunhas: Murilo de Paula Abrita / Nilyê Faria de Oliveira

**SEXTO TERMO ADITIVO**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 089/2022**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 041/2022**  
**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 205/2022**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 044/2022**  
TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E GEODADOS GEOPROCESSAMENTO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA CNPJ 03.338.574/0001-62 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AEROLEVANTAMENTO, SISTEMAS DE INFORMAÇÕES E REESTRUTURAÇÃO TRIBUTÁRIA, TERRITORIAL E FISCAL DO MUNICÍPIO DE CATAGUASES PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DA PREFEITURA DE CATAGUASES/MG.  
**DO OBJETO** O presente termo aditivo terá por objeto a prorrogação da vigência contratual estipulada na Cláusula Segunda do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 089/2022 conforme memorando da Secretaria de Obras SO - nº 568/2025 e em consonância com o parecer jurídico.  
**DO VALOR E PAGAMENTO**O valor total do aditivo é de R\$ 269.238,00 (duzentos e sessenta e nove mil e duzentos e trinta e oito reais) referente ao sistema de geoprocessamento - web, desktop e mobile, treinamento e assessoria.

Serviços	Unid	Quant.	Vr. Unit	Vr. Total
Sistemas de geoprocessamento - Web, desktop e mobile.	Serviço	1	R\$ 206.672,30	R\$ 206.672,30
Treinamento e assessoria - 12 meses	Serviço	1	R\$ 62.565,70	R\$ 62.565,70
			TOTAL:	R\$ 269.238,00

**DA VIGÊNCIA** Em consonância com a renovação da licença e com o parecer jurídico, o presente termo aditivo terá vigência por 12 (doze) meses iniciando a contagem a partir de 12 de janeiro de 2026 e término em 11 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado de acordo com os limites da Lei 8.666/93.  
**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PAGAMENTO** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária abaixo: 02.002 Secretaria de Obras - 1.027 Implantação do Georreferenciamento  
**DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS** Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato originário não alterado pelo presente Termo Aditivo. E, por estarem assim, justos e de acordo, assinam as partes, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) Testemunhas, que também assina.  
Cataguases, 14 de janeiro de 2026.  
José Henriques/Prefeito de Cataguases  
Flávio Gonçalves Boskovitz / Representante  
José Maria Magalhães Sasso / Sec. Mun. de Obras  
Testemunhas: Rafaela do Carmo Soares / Nilyê Faria de Oliveira

**EXTRATO DE CONTRATOS**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 104/2025**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 061/2025**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 197/2025**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 019/2025**  
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO VALE DO PIRANGA CNPJ 19.738.706/0001-83 VISANDO DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS REFERENTE À LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.  
**VIGÊNCIA** O prazo de vigência da contratação é a partir de 29 de dezembro de 2025 e finalizado em 31 de março de 2026 podendo ser prorrogado de acordo com a Lei vigente.  
**VALOR** O valor global da contratação é de R\$ 183.116,81 (cento e oitenta e três mil, cento e dezesseis reais e oitenta e um centavos).  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2026, compatível com a dotação a seguir: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - 3.3.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA 1.759.005.0000.000 - RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS  
**FORO** Fica eleito o Foro da Comarca de Ponte Nova (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).  
Cataguases, 29 de dezembro de 2025.  
José Henriques / Prefeito de Cataguases  
Julio Corrêa Guimarães / Representante  
Ana Luiza Wenceslau / Gerente de contratos e serviços delegados  
Jefferson Cordeiro Tavares / Coordenador de Agricultura  
Wesley Talarico Nunes / Coordenador Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente  
Júlio Henrique do Carmo Freitas / Auxiliar de Administração  
Tiago Viana Gonçalves dos Santos / Fiscal do contrato

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026**  
**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 001/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2026**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026**  
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E GRUPO MULTI S.A. CNPJ 59.717.553/0006-17 ATRAVÉS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025 DO CONSÓRCIO AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, PARA AQUISIÇÃO DE CHROMEBOOK EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATAGUASES/MG.  
**DO OBJETO** Contratação de empresa para aquisição de chromebook em atendimento às demandas da Secretaria de Educação através de adesão à Ata de Registro de Preços nº 001/2026 do CONSÓRCIO AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.  
**VIGÊNCIA** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de 19 de janeiro de 2026 e finalizado em 18 de janeiro de 2027.  
**VALOR** O valor da contratação é de R\$ 1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais)  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2026, compatível com a dotação a seguir: Secretaria de Educação - Elemento da despesa: 4.4.90.52 - RECURSO FUNDEB/VAAR  
**FORO** Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).  
Cataguases, 19 de janeiro de 2026.  
José Henriques/Prefeito de Cataguases  
Tiago Griebeler Sandi / Representante  
Marilda Matias de Souza / Sec. Municipal de Educação  
Testemunhas: Murilo de Paula Abrita / Lucas Brandão Siqueira

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026**  
**CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 002/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2026**  
**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2026**  
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E TES TECNOLOGIA SISTEMAS E COMÉRCIO LTDA CNPJ 62.517.297/0001-14 ATRAVÉS DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025 DO CONSÓRCIO AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ, PARA AQUISIÇÃO DE CARRINHO DE RECARGA DOS CHROMEBOOKS EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATAGUASES/MG.  
**DO OBJETO** Contratação de empresa para aquisição de carrinhos de recarga para chromebook em atendimento às demandas da Secretaria de Educação através de adesão à Ata de Registro de Preços nº 002/2025 do CONSÓRCIO AMESP - ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DO MÉDIO SAPUCAÍ.  
**VIGÊNCIA** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de 19 de janeiro de 2026 e finalizado em 18 de janeiro de 2027.  
**VALOR** O valor da contratação é de R\$ 61.065,00 (sessenta e um mil e sessenta e cinco reais), a saber:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>GABINETES DE RECARGA:</b> Estrutura e Capacidade Amazenamento para 36 Chromebooks: Com baias verticais individuais para cada equipamento, acesso exclusivo pelas portas frontais. Construção: Chapa de aço com espessura mínima de 0,75 mm, divisórias revestidas em material emborrachado para evitar danos aos equipamentos. Dimensões Máximas: 900 mm (altura) x 800 mm (largura) x 750 mm (profundidade). Isolamento Interno: Compartimentos para dispositivos e fontes são isolados internamente, com acessos separados por portas chaveadas. e. Acabamento: Pintura eletrostática epóxi, resistente à corrosão, em branco ou cinza claro. Mobilidade Rodízios: Quatro rodízios de 4" com estrutura reforçada, freio em dois rodízios e alça tubular para fácil movimentação. Sistema de Recarga Módulo Eletrônico de Recarga: Microprocessado e programável, com divisão dinâmica de carga em duas configurações e limitações de corrente máxima de 10A. Tomadas: 40 tomadas internas (2P+T, padrão 10A) em réguas de fácil manutenção; uma régua externa adicional com 3 tomadas para equipamentos auxiliares. Proteção Elétrica: Sistema integrado com interruptores termomagnéticos (10A) e IDR de 30mA para proteção contra sobrecarga e surtos. d. Timer: Controle de tempo de desligamento com opções de 1, 2 e 3 horas, com botão de ajuste e sinalização de status. Resfriamento Ventilação Natural e Forçada: Aberturas nas portas e sistema de ventiladores laterais que desligam automaticamente quando o consumo é baixo para economizar energia e prolongar a vida útil. Alimentação Elétrica Alimentação Bivolt Automática: Cabo único de 3m (2P+T) para tomada padrão, compatível com 110-240V e frequência de 50/60Hz. 7. Características Gerais e Garantia Peso e Garantia: Peso máximo de 45 kg (vazio), garantia de 12 meses	und	23	R\$ 2.655,00	R\$ 61.065,00

	na modalidade no local. Embalagem e Identificação de Reciclagem: Embalagem resistente, com identificação de reciclagem conforme normas ABNT. (CRON4942)				
--	---	--	--	--	--

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** As despesas decorrentes da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do ano de 2026, compatível com a dotação a seguir: Secretaria de Educação - Elemento da despesa: 4.4.90.52 - RECURSO FUNDEB/VAAR  
**FORO** Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).  
Cataguases, 19 de janeiro de 2026.  
José Henriques/Prefeito de Cataguases  
Maurício de Souza Silva / Representante  
Marilda Matias de Souza / Sec. Municipal de Educação  
Testemunhas: Murilo de Paula Abrita / Lucas Brandão Siqueira

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026**  
**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2026**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2026**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2026**  
CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATAGUASES, POR MEIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES E INSTAR GOVTECH LTDA CNPJ 13.134.800/0001-47 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, ABRANGENDO O DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, ESPELHAMENTO, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DE NOVO WEBSITE INSTITUCIONAL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES.  
**DO OBJETO** Contratação da empresa especializada na prestação de serviços em tecnologia da informação, abrangendo o desenvolvimento, implantação, migração, espelhamento, hospedagem, manutenção e suporte técnico de novo website institucional para a Prefeitura Municipal de Cataguases.  
**VIGÊNCIA** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir de 22 de janeiro de 2026 e término no dia 21 de janeiro de 2027.  
**VALOR** O valor da contratação é de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).  
**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, a saber: Secretaria de Administração - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - ficha 63  
**FORO** Fica eleito o Foro da Comarca de Cataguases (MG) para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).  
Cataguases, 21 de janeiro de 2026.  
José Henriques/Prefeito de Cataguases  
João Paulo Beneciuti / Representante  
Daniel Renault de Castro / Sec. Municipal de Administração  
Testemunhas: Rafaela do Carmo Soares / Lucas Brandão Siqueira

TERMO DE EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO
TERMO DE FOMENTO Nº 003/2026
A Prefeitura de Cataguases-MG, por meio do <b>Fundo Municipal de Saúde</b> , torna público a celebração do Termo de Fomento 03/2026, firmado com o <b>Hospital de Cataguases</b> , cujo o objeto é o repasse de valores, em parcela única, destinado ao custeio de serviços médicos na rede de Urgência e Emergência prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
VALOR TOTAL: <b>R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).</b>
VIGÊNCIA: 21/01/2026 a 21/01/2027
Fundo Municipal de Saúde DESPESA 477 ELEMENTO DA DESPESA: 3.3.50.43.00.00.00. - SUBVENCOES SOCIAIS 1.500.000.1002.000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.
DATA DE ASSINATURA: 21 de janeiro de 2026.
Cataguases, 21 de janeiro de 2026.
José Henriques Prefeito de Cataguases-MG
Vinicius Franzoni Barbosa Ferreira Secretário Municipal de Saúde

## PUBLICAÇÕES DE TERCEIROS

RESOLUÇÃO 001/2026  
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CATAGUASES – MG através de seu Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3939/2011 e;  
Considerando:  
I-Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas alterações;  
II- Os princípios da transparência, descentralização, legalidade e participação social sobre a aplicação de recursos públicos que transitam pelo Fundo da Infância e Adolescência;  
III- A garantia da participação e do acompanhamento da aplicação de recursos públicos por conselheiros, gestores e sociedade civil;  
IV-Resolução nº 041/2025, que aprovou o apoio do financiamento do Projeto “Luzes de Cataguases” 2025 através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) em atendimento à proposta de parceria formalizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;  
V- Aprovação pela assembleia ordinária do dia 16/01/2026;  
Resolve:  
Art. 1º - Aprovar a prestação de contas do Projeto “Luzes de Cataguases” 2025 da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no valor de R\$ 57.007,40 (cinquenta e sete mil e sete reais e quarenta centavos).  
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua deliberação.  
Cataguases, 16 de janeiro de 2026

Murilo Matias de Souza  
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 002/2026  
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CATAGUASES – MG através de seu Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3939/2011 e;  
Considerando:  
I-Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente;  
II- Os princípios da transparência, descentralização, legalidade e participação social sobre a aplicação de recursos públicos que transitam pelo Fundo da Infância e Adolescência;  
III- A garantia da participação e do acompanhamento da aplicação de recursos públicos por conselheiros, gestores e sociedade civil;  
IV-Solicitação de parceria formalizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para apoio do Fundo da Infância e Adolescência na realização do Projeto “Carnaval Alegria e Folia” 2026;  
V- Aprovação pela assembleia ordinária do dia 16/01/2026;  
Resolve:  
Art. 1º - Aprovar o apoio do financiamento do Projeto “Carnaval Alegria e Folia” 2026 através do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) em atendimento à proposta de parceria formalizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).  
Art. 2º O Projeto tem como objetivo principal promover uma matinê infantil inclusiva no pré-carnaval 2026, garantindo à criança o direito à cultura, ao lazer à convivência comunitária do Município, especialmente as que são assistidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, escolas municipais e pelos serviços socioassistenciais.  
Parágrafo único. A matinê infantil inclusiva será realizada no dia 7/02/2026, sábado, às 17h na Praça Rui Barbosa.  
Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua deliberação.  
Cataguases, 16 de janeiro de 2026

Murilo Matias de Souza  
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO 003/2026  
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE CATAGUASES – MG, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei 3939/2011 e;  
Considerando:  
I-Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, e suas alterações;  
II-Decreto Municipal nº 4.941/2018, que regulamenta a Lei Federal nº 13.019/2014 no âmbito do Município, especialmente em seu Art. 45;  
III- Os princípios da transparência, descentralização, legalidade e participação social sobre a aplicação de recursos públicos que transitam pelo Fundo da Infância e Adolescência;  
IV- A garantia da participação e do acompanhamento da aplicação de recursos públicos por conselheiros, gestores e sociedade civil;  
V- Resolução nº 003/2025, que deferiu a liberação de recurso do Fundo da Infância e Adolescência no valor de R\$ 33.015,60 (trinta e três mil e quinze reais e sessenta centavos) para a Escolinha de Futebol Joias da Taquara;  
VI- Formalização de solicitação de dilação de prazo de termo de fomento do Projeto Joias da Taquara em virtude de atraso de repasse de recurso;  
VII- Consulta do CMDCA à Procuradoria Geral do Município sobre a relação entre data de assinatura de termo de fomento e data de transferência de recurso (Ofício nº 031/2025);  
VIII- Manifestação da Procuradoria Geral do Município sobre o contido no Art. 45 do Decreto Municipal nº 4.941/2018, que conclui que “quando a administração pública municipal tiver dado causa ao atraso na liberação de recurso financeiro, a própria administração deverá anexar ao termo uma certidão de apostilamento prolongando a vigência do mesmo pelo prazo equivalente ao atraso do repasse”;  
IX- Aprovação pela assembleia ordinária do dia 16/01/2026;  
Resolve:  
Art. 1º - Aprovar a solicitação de dilação de prazo do termo de fomento do Projeto Escolinha de Futebol Joias da Taquara até o dia 22 de abril de 2026.  
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua deliberação.  
Cataguases, 16 de janeiro de 2026

Murilo Matias de Souza  
Presidente do CMDCA



## ENTREVISTA - PAULO ALONSO

# Audiência Pública traz o retrato de Cataguases e marca nova etapa do Plano Diretor

*Nesta entrevista, o arquiteto e urbanista Paulo Henrique Alonso, coordenador técnico do Intec – Instituto de Pesquisa, Gestão e Tecnologia, de Belo Horizonte, fala sobre a importância do Plano Diretor para o desenvolvimento urbano de Cataguases e explica as etapas do processo de revisão em andamento no município. Um dos responsáveis técnicos pelo trabalho, Paulo Alonso destaca o papel da participação popular, o diagnóstico da cidade e os caminhos para a construção de uma Cataguases mais justa, humana e com qualidade de vida para todos.*

**O que é o Plano Diretor e qual é a sua função na organização da cidade?**  
O Plano Diretor é o principal instrumento de organização físico-territorial do município. Ele define onde se pode construir, onde não se pode, quais são as condicionantes para a preservação do meio ambiente, como margens de rios e áreas de mata, além de orientar a criação de áreas de lazer, circulação urbana e mobilidade.  
Ele trata, portanto, das questões físicas da cidade e estabelece diretrizes para o uso e a ocupação do território.

**Por que o Plano Diretor é tão importante para a população?**  
O Plano Diretor é fundamental para organizar a cidade de forma que todas as pessoas tenham acesso aos recursos urbanos, independentemente da classe social. Ele busca garantir acesso ao comércio, aos serviços, às áreas de lazer, à moradia, ao saneamento, à mobilidade urbana e ao transporte coletivo.  
Muitas vezes, algumas regiões da cidade têm carência de espaços públicos, outras enfrentam problemas no transporte coletivo ou no saneamento básico. O Plano Diretor é um plano de longo prazo — com horizonte de dez anos — que serve justamente para corrigir essas desigualdades e equalizar oportunidades.  
O objetivo final é trazer qualidade de vida para toda a população e promover justiça social.

**Como o Plano Diretor dialoga com os desafios ambientais e climáticos atuais?**  
Vivemos, no Brasil e no mundo, eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes. Ondas de calor, chuvas intensas e enchentes são consequências diretas da forma como o ser humano ocupou o território ao longo do tempo.  
As cidades avançaram sobre áreas de mata, margens de rios e áreas ambientalmente sensíveis. O Plano Diretor precisa orientar um novo olhar para esse processo, respeitando a natureza e propondo um desenvolvimento urbano mais sustentável, capaz de reduzir riscos e impactos ambientais.

**Qual é o papel da Segunda Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor?**  
A segunda audiência pública não é ainda uma audiência de propostas. Ela é uma audiência de apresentação do diagnóstico da cidade, o que chamamos de leitura da realidade municipal.  
Nessa etapa, será apresentado o retrato de Cataguases construído a partir de dois olhares complementares: as leituras comunitárias realizadas nos bairros e as leituras técnicas feitas por especialistas.

**Como esse diagnóstico foi construído?**  
Foram realizadas 16 leituras comunitárias em diferentes bairros e regiões do município. O objetivo dessas reuniões foi identificar, a partir da realidade local, quais questões impactam a qualidade de vida da população.  
Essas contribuições foram sistematizadas e analisadas de forma conjunta. Quando um mesmo problema aparece em diferentes regiões da cidade — como transporte público, por exemplo — isso indica uma questão estrutural que precisa ser tratada no Plano Diretor.  
Além disso, foram realizadas leituras técnicas sobre temas como meio ambiente, áreas de risco, habitação, saneamento, mobilidade urbana, legislação urbanística e estrutura administrativa do município.

**O que será apresentado na audiência do dia 31 de janeiro?**  
Na audiência pública, será apresentada uma síntese dessas leituras. Não serão expostas as demandas bairro a bairro, mas sim os principais temas identificados como relevantes para o município como um todo.  
Esse diagnóstico servirá de base para a próxima etapa do processo, que será a elaboração e discussão das propostas para o novo Plano Diretor.  
Quem pode participar da audiência pública?  
A audiência é aberta a toda a população. Não é necessário ter participado das leituras comunitárias para acompanhar ou se manifestar.  
Durante a audiência, após a apresentação do diagnóstico, o espaço será aberto para que os cidadãos possam se manifestar, complementar informações e fazer observações sobre o retrato apresentado da cidade.

**Por que a coletividade é um princípio central do Plano Diretor?**  
O Plano Diretor é um plano para o município inteiro. Ele precisa priorizar o que é mais urgente para a coletividade.  
Por exemplo, situações de risco geológico, falta de abastecimento de água ou ausência de saneamento básico exigem prioridade absoluta, pois impactam diretamente a saúde e a vida das pessoas. Outras demandas, embora importantes, podem ser atendidas em um segundo momento.  
Essa compreensão coletiva é essencial para garantir justiça social e eficiência na aplicação das políticas públicas.



*"Cataguases é uma cidade civilizatória porque é o lugar do encontro. É onde se encontra o amigo na esquina, onde se convive com pessoas de diferentes cores, crenças e classes sociais. Essa convivência transforma a cidade em um espaço rico de trocas — não apenas econômicas, mas também de vivências, experiências e aprendizado coletivo. Preservar essa característica é preservar qualidade de vida".*  
Paulo Henrique Alonso

**Depois de aprovado, o Plano Diretor exige a revisão de outras leis municipais?**  
Sim. O Plano Diretor é a legislação urbanística básica do município. A partir dele, é necessário revisar outras leis complementares, como a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras e o Código de Posturas.  
Essas leis detalham aspectos como tamanho de lotes, tipos de uso permitidos, parâmetros construtivos, acessibilidade, comportamento coletivo no espaço urbano e regras para edificações.

**Cataguases possui um centro histórico tombado. Isso é um desafio para o desenvolvimento da cidade?**  
É um desafio, mas também uma grande virtude. Cataguases é uma cidade com uma forte identidade cultural, arquitetônica e artística. O tombamento ajudou a preservar a escala humana, a mistura de usos e a vida urbana do centro da cidade.  
O principal desafio está na gestão do tombamento, especialmente nos processos burocráticos. O Plano Diretor pode ajudar a aproximar a legislação municipal da legislação federal de preservação, propondo instrumentos de gestão mais eficientes.

**O senhor define Cataguases como uma “cidade civilizatória”. O que isso significa?**  
Cataguases é uma cidade civilizatória porque é o lugar do encontro. É onde se encontra o amigo na esquina, onde se convive com pessoas de diferentes cores, crenças e classes sociais.  
Essa convivência transforma a cidade em um espaço rico de trocas — não apenas econômicas, mas também de vivências, experiências e aprendizado coletivo. Preservar essa característica é preservar qualidade de vida.

**O Plano Diretor vigente trouxe avanços, mas nem tudo foi executado. Como a sociedade pode acompanhar a aplicação da lei?**  
O Plano Diretor é uma lei, e todo cidadão tem legitimidade para fiscalizar a sua execução. Não basta aprovar a legislação; é preciso garantir que ela seja cumprida.  
O cidadão pode cobrar o Poder Executivo, a Câmara Municipal e o Ministério Público. Existem ainda instâncias como o Conselho do Plano Diretor, além da possibilidade de convocação de audiências públicas e conferências para avaliação periódica da execução do Plano.  
Mais do que reclamar, é preciso agir e utilizar os instrumentos democráticos disponíveis.

**Qual é o convite final para a população de Cataguases?**  
A Segunda Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor acontece no dia 31 de janeiro, às 8h30, no Colégio Cataguases.  
Nesse encontro, será apresentado o diagnóstico completo da cidade, construído a partir das leituras comunitárias e técnicas. Todo cidadão terá direito à palavra para contribuir.  
A participação da população é essencial para a construção de uma cidade mais justa, com melhor qualidade de vida e mais acolhedora para todos e todas.

## TERMO DE COOPERAÇÃO

# Parceria entre Tribunal Regional Eleitoral e Prefeitura de Cataguases facilita a prestação de serviços à população

Um Termo de Cooperação assinado pela Prefeitura com a finalidade de apoiar o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) em suas atividades está facilitando a prestação de serviços aos eleitores de Cataguases desde novembro do último ano. Até o dia 6 de maio, o eleitor que pretende fazer o Título Eleitoral, cadastramento biométrico, transferência ou regularização do documento, pode ir até a sede do Cadastro Único, localizado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 132 – Centro, para solicitar o pré-atendimento ou atendimento no Cartório Eleitoral de Cataguases. Os serviços são oferecidos nos dias úteis, das 10 horas às 16 horas.  
Para o atendimento de todos os serviços são exigidos a Cédula de Identidade e o Comprovante de Residência com vencimento nos últimos 90 dias. Para tirar o Título Eleitoral é necessário levar também a Certidão de Nascimento. No caso dos alistamentos para os homens nascidos em 2007: Apresentar também o Comprovante de Alistamento Militar. Todos os documentos devem ser originais, não sendo aceitas cópias. Jovens que completam 16 anos até o dia 4 de outubro também podem votar. Além da necessidade do serviço prestado à sociedade, O foco da campanha é ampliar os cadastros biométricos dos eleitores para ampliar a segurança do sistema eleitoral. Além de votar e ser votado, o Título de Eleitor regularizado é exigência para situações importantes do cotidiano, como tirar e renovar passaporte, realizar matrícula em curso superior e assumir cargo público.

